

ARTIGOS

Distorção histórica para a construção de um ethos “empreendedor”

André Laino¹

Esse artigo é parte de um capítulo do livro que estamos preparando sobre o setor de confecção de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Nele é muito frequente o uso da termo “empreendedor”. As distorções que lhe são aplicadas, visando atender a reprodução desta cadeia produtiva, vão além dela, ocorrendo nos mais diversos campos do conhecimento.

Quando se trata da reprodução, nenhuma terminologia está imune a distorções. Nestes casos, o grau e intensidade variam com a posição e importância do vocábulo no interior da própria reprodução. O termo empreendedor, por exemplo, é aplicado de forma totalmente indiscriminada e nas mais distintas circunstâncias. Considerando as situações mais inusitadas onde ele aparece, talvez o único parâmetro que permita delimitar algum sentido a ele, seja aquele cuja matriz tenha por eixo o local e função dele na reprodução. Uma dessas expressões eivada de distorções, produto da falta de delimitações e aplicada indiscriminadamente, podemos encontrar na História. E, é de uma destas formas que iremos tratar a seguir. E, em se tratando de História, é preciso estender e aprofundar a argumentação. Principalmente para não cairmos na mesma tentação que, por um viés não delimitado de comprometimento com o vocábulo “empreendedorismo”, e onde não haja tal cuidado de demarcação histórica, possa nos levar ao mesmo equívoco.

Num artigo recente, Renam Springer de Freitas aborda a relação entre migrações, cultura científica e empreendedorismo.² Faremos, a seguir, algumas observações críticas com o objetivo de indicar as distorções que, em termos históricos, foram o resultado de uma aplicação e leitura do vocábulo “empreendedorismo”, no campo da História. Para isso, tomaremos por pano-de-fundo o texto de Max Weber, que serviu de embasamento ao senhor Freitas, e que foi, principalmente, o capítulo 2 “O espírito do capitalismo” do livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.³ A partir da releitura desse trabalho, delimitamos os dois eixos do artigo supra citado.

O primeiro é a definição tipo-ideal de empreendedor: *“O tipo ideal de empreendedor capitalista... não mantém relação com esta ostentação, ora grosseira, ora refinada. Ele evita ostentação... despesas desnecessárias... seu modo de vida*

1 Professor aposentado da UFF.

2 Migrações, cultura científica e empreendedorismo: lições do desenvolvimento industrial inglês do século XIX. FREITAS, Renam Springer de. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.30 No.87 São Paulo Fev. 2015. <http://dx.doi.org/10.17666/308743-58/2015>

3 Nos utilizamos da competente tradução feita por M. Irene Q.F. Szmrecsányi e Tamás J.M.H. Szmrecsányi, a partir de uma seleção feita por Maurício Tragtemberg, para o volume XXXVII de “Os Pensadores.” WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural. 1ª edição. Maio de 1974

distingue-se frequentemente... por uma certa tendência ascética... Ter um tipo de modéstia... não lhe é... excepcional, mas... a regra”.⁴ O segundo eixo está, a nosso ver, no processo de racionalização da ciência de par com a economia:

Este processo de racionalização no campo da ciência e da organização econômica determina indubitavelmente uma parte importante dos ‘ideais da vida’ da moderna sociedade burguesa. O trabalho a serviço de uma organização racional para o abastecimento de bens materiais à humanidade... tem-se apresentado sempre aos representantes do espírito do capitalismo como uma das mais importantes finalidades de sua vida profissional.⁵

Estes eixos transitam nos momentos cruciais da transição do feudalismo para o capitalismo. Neles estiveram as mudanças históricas fundamentais, pelas quais vieram se caracterizando as transformações quantitativas e qualitativas que, nos planos individuais e coletivos, marcaram o surgimento das novas formas de criação, acumulação e apropriação do valor, onde as mudanças do campo político, representado principalmente pelo surgimento do Estado Moderno, são um dos seus núcleos principais. Vejamos, pormenorizadamente, cada um deles, pois formam o pano-de-fundo do artigo do senhor Freitas.

Um primeiro momento, situado na fase de acumulação de capitais, caracteriza o período do Estado mercantilista. Para esta fase, o artigo resgata a proposta weberiana - a partir do capitalismo como um tipo ideal construído hipotético-dedutivamente – de encontrar formas larvares de relações capitalistas em fases pretéritas, situadas às vezes em fases históricas bem anteriores ao capitalismo do século XVIII.

Tomando o fio-condutor da estratégia teórico-metodológica weberiana, o artigo remete-se ao fato dos chineses terem conhecido a energia a vapor. Mas, o fato de não terem dissecado, delimitado e controlado a expansão de suas formas de aplicação, explicaria a barreira de conhecimento que, por seu turno, ajudaria a entender seus limites na expansão de um eventual “capitalismo”. Convém lembrar que, da mesma forma que os chineses, os gregos e romanos também conheciam os rudimentos da energia a vapor. Contudo, seu domínio, transformação e aplicação de seu potencial a distintas cadeias de produção é outra etapa, que não é somente e exclusivamente uma questão tecnológica. O desconhecimento de tais recursos, ou sua utilização extremamente reduzida, corrobora que não havia em tais sociedades forças econômicas, políticas e sociais, como aquelas acumuladas no capitalismo dos séculos XVII e XVIII que, como escreveu o próprio Weber, conduziram ao “desenvolvimento industrial integrado ao trabalho sistemático dos laboratórios”. Realmente, como reconhece o senhor Freitas, não foi privilégio ocidental a produção da máquina a vapor.⁶ Mas foram, isso sim, as necessidades da expansão da acumulação e da reprodução ampliada do capital, que conduziram ao dissecamento

4 Idem. p. 200-201.

5 Idem. p. 205.

6 FREITAS, op. cit. p. 7

da máquina a vapor para adaptá-la às diferentes circunstâncias e necessidades ditadas pela introdução dela na produção. Vejamos, mais detalhadamente, onde se acha a matriz histórica dessa diferença.

As relações de trabalho e produção, predominantes no sistema de exploração, apropriação e dominação que prevaleciam na sociedade chinesa, tinham seus mecanismos de controle e exploração do trabalho adaptados, social e politicamente, a uma dada escala de exploração da força de trabalho, principalmente aplicados aos camponeses. Ou seja, havia limites sócio-econômicos nestes mecanismos, contidos nas relações entre poder central e poderes comunais. Tais limites impediam que, as formas de controle e exploração do primeiro extraísse todos os valores produzidos pelos segundos. Pois, isso afetaria a própria reprodução de toda a sociedade, minando todos os mecanismos de exploração e dominação, sobre as quais se assentavam as relações, individuais e coletivas, daquela sociedade. Nessa forma de reprodução, aqueles controles e exploração tinham formas de dominação onde, portanto, certos excedentes comunais eram deixados aos seus habitantes. Com estes excedentes, as comunas rurais faziam, além de suas festividades sazonais de colheitas, reservas que lhes possibilitavam participar dos grandes trabalhos nacionais, onde aquele poder central reafirmava sua importância nos canais internos e externos às comunas. Por isso, algumas daquelas festividades eram, inclusive, voltadas para homenagear a “sapiência” do poder central. Evidentemente, todas cercadas de simbolismos culturais. Esse processo conferia ao poder político a capacidade de amortecer, ou esvaziar a emergência de eventuais conflitos, isolando e desviando contradições, e adicionando uma maior elasticidade, permanência e perpetuidade ao sistema, reduzindo as potenciais insatisfações resultantes da exploração e dominação.

Portanto, a dominação do poder central estava baseada em que estes mecanismos de controle e exploração da força de trabalho não poderiam romper com tais limites, sob pena de comprometer toda a estrutura de reprodução sócio-política. Para isso, os chineses contavam, inclusive, com sofisticados instrumentos técnicos contábeis. Estes eram, talvez, mais complexos neste campo de conhecimento do que aqueles conhecidos pelos *“homens de ciência alemães e escoceses que, por caminhos diferentes, fizeram chegar à Inglaterra a cultura científica que impulsionou seu desenvolvimento industrial”*, no século XVIII, segundo o senhor Freitas⁷.

Em suma, não havia apropriação de toda a produção agrícola dos camponeses, sob pena de colapso social e político daquela estrutura. A melhor hegemonia política estava, justamente, no fato da camada dominante buscar dosar o exercício da dominação não se apropriando, principalmente, da totalidade da produção, de modo a deixar uma margem para a sobrevivência das comunidades. E,

7 Idem, 18

obviamente, garantindo à própria camada dominante sua existência e continuidade. Estes três últimos parágrafos se baseiam na noção de Modo de Produção Asiático.⁸

Sem nos estendermos ao que foi a Guerra do Ópio - empreendida pelo imperialismo inglês no século XIX para quebrar com a espinha dorsal dessa estrutura social, econômica e política na China - mais importante, para o objetivo que nos propomos, é mostrar como, neste caso, uma ciência como aquela que foi aquela introduzida a partir de meados do século XVIII na Revolução Industrial inglesa - com o potencial epistemológico direcionado a dissecar e quebrar as estruturas internas de fenômenos, de modo a aproveitá-los potenciando suas forças e alternativas de aplicação, e incorporando-os aos processos produtivos - esse tipo de ciência não esteve presente na China porque não seria operacional na reprodução daquela estrutura de dominação. Não haviam, portanto, “limites” nos conhecimentos científicos dos chineses, senão aqueles impostos pelos confinamentos cujos marcos eram aqueles da dominação e hegemonia das forças sociais e políticas na qual tais conhecimentos estavam historicamente inseridos. Estes eram os marcos históricos de qualquer “empreendedorismo” na China. Sem, com isso, que se pretenda igualar a estrutura do conhecimento epistemológico da ciência e tecnologia que emergiu na Inglaterra, no século XVIII com aquela chinesa de algum milênio anterior. Mesmo nos marcos dessas diferenças, o deslanchar deles permanece estreitamente ligado ao estágio alcançado pela relação entre produção e sociedade. Importante é ressaltar que se tratam, então, de relações historicamente distintas entre ciência, tecnologia e produção no campo fundamental da reprodução da sociedade.

Neste sentido, quanto à extensão weberiana de capitalismo a comerciantes da Idade Média e até da Antiguidade - que, como citamos, serve de pano-de-fundo para o senhor Freitas abordar a questão da ciência entre os chineses - há o argumento de que, só existe capitalismo quando todas as forças produtivas, apropriadas e incorporadas às relações de troca entre mercadorias - onde a principal é a força de trabalho - estão sob a *égide dominante do dinheiro como instrumento universal de troca*. Ou, onde *o valor de troca exerce o domínio sobre o valor, se apropriando do valor de uso*. Donde, não havia campo para existência de uma ciência entre chineses da antiguidade - tal como a estrutura epistêmica da ciência e tecnologia foi absorvida pelos Ingleses no século XVIII - porque, entre aqueles chineses citados por Freitas, não havia dominância de relações capitalistas de produção e reprodução do valor, principalmente da força de trabalho.

8 Esta questão, e os debates e discussões que lhe foram correlatos podem ser encontrados em: GODELIER, Maurice. “La notion de ‘Mode de production Asiatique’.” In. *Les temps modernes*. Paris. France. No. 228. Mai 1965. MARX, Karl; HOBBSAWM, Eric. Formaciones económicas precapitalistas. *Cuadernos Pasado y presente*. 20. Córdoba. Argentina. 1974. SANCHEZ, Lorenzo Dias. K. *Marx 1818-1883, sociólogo del modo de producción capitalista*.” Madri: Akal. Editor, 1976. GODELIER, M. MONOD, J. & MOULOU, N. *Epistemologia y marxismo*. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1974. ASSADURIAN, CARDOSO, CIAFARDINI, GARAVAGLIA, LACLAU. Modos de produccion em America Latina. *Cuadernos Pasado y Presente*. 40. Cordoba. 1973. AMARAL LAPA, José Roberto. *Modos de produção e realidade brasileira*. Editora Vozes. Petrópolis. RJ. 1980

Então, a questão do comércio, como atrelado à produção, reforça nosso argumento: ele dependia da produção excedente. Onde esta era limitada, o comércio também o era. Pois, o modo de produção não fora transformado. Nestes casos, o comerciante perambulava pelas fimbrias, sondando as fronteiras e vivendo dos excedentes ocasionais existentes. Pois, nestas circunstâncias, as comunidades visavam prioritariamente, tendo por eixo o valor de uso, atender suas necessidades internas. Quaisquer povos da antiguidade podem ter tido o conhecimento do vapor. E até máquinas a vapor! Mas, por mais rudimentares que fossem tais máquinas, eram nos estreitos limites ditados pelo modo de produção, daquela relação – economicamente dominante! – entre valor de uso e valor de troca, que sua utilização se dava. E não o contrário! Neste sentido, e ilustrativamente, sobre estas questões, perdidas nos confins das mal definidas fronteiras entre ciências existentes nas sociedades, tão carregadas de descomunais *ethos* egóicos científicos, gostaríamos de remeter o senhor Freitas à leitura do pequeno conto de José J. Veiga, *A máquina extraviada*.

Talvez, inadvertidamente, o senhor Freitas esteja concordando com esse argumento quando, para os países europeus, com relação ao uso e aproveitamento dos paradigmas daquela mesma ciência que impulsionou a Inglaterra no século XVIII, ele lembrou: “*Noutros países europeus não se observava esse nível de exigência nem de conhecimento*”.⁹ Como pode-se perceber há, no ar, algo do limite da dominância e hegemonia do capital em tais países, para que fosse possível emergir uma força capaz de impulsionar, aprofundar e manter tal exigência! Foi essa mesma diferença fundamental que Marx também percebeu quando, com a ironia que lhe era peculiar, fez o seguinte comentário numa de suas correspondências: “*Enquanto os franceses usam chapéus, a Inglaterra os fabrica*”.

Essa questão, da dominância do capital, embora somente à espreita no texto do senhor Freitas, encontramos num trecho do texto de Weber que embasa seu artigo. Mantendo sua perspectiva de tipo-ideal, Weber constata a presença necessária - mesmo por meio de um *ethos* - de um componente dominante nele. Então, podemos ler:

*O capitalismo, atualmente guiando a liderança da vida econômica de que necessita, pela seleção econômica dos mais aptos – escolhe os empreendimentos e trabalhadores de que tiver necessidade. Aqui, justamente, podem ser percebidas as limitações do conceito de ‘seleção’... ele teve de se originar em alguma parte e não apareceu em indivíduos isolados, mas como um modo de vida comum a grupos inteiros de homens.*¹⁰

Finalmente, mais à frente, para enfatizar a importância da organização racional do capital diante das formas ‘pré-capitalistas’, Weber escreve que, nestas últimas, “*a utilização racional do capital... e a organização capitalista racional do*

9 FREITAS, op.cit., p. 7.

10 WEBER, op. cit, p. 188. Itálicos nossos.

*trabalho ainda não se tinham tornado forças dominantes na determinação da atividade econômica”.*¹¹

Cabe lembrar que, como reforço da importância que o próprio Weber conferia à dominação, ele ainda considerava uma mudança – complemento indispensável e reforçador daquela dominação - que foi a passagem de uma forma de subsunção formal para real. Esta mudança – mais um componente de fundo do debate de Weber com Marx!? - pode ser encontrada em seus próprios termos quando, inicialmente, Weber aborda o período imediato que antecede o capitalismo:

*A forma de organização... era capitalista... Era, todavia, se se considerar o espírito que animava o empreendedor, um negócio de cunho tradicionalista: o modo de vida... do lucro... do trabalho... tudo isso dominava a orientação do negócio, colocava-se... na base do ethos deste grupo de homens de negócios. Ora, em determinada época esta vida... foi subitamente convulsionada... sem nenhuma mudança essencial na forma de organização... um jovem... sai para campo, escolhe... tecelões para empregados, aumenta... o rigor de sua supervisão sobre seu trabalho e transforma-os... de camponeses em operários.*¹²

Em cada um desses temas percebe-se o constantemente apontado “diálogo” de Weber com Marx. De fato, não haveria como, em se tratando de um mesmo período de formação do capitalismo, desconhecer e deixar de transitar por fenômenos tão empiricamente evidentes. São estes, exatamente, o conjunto de componentes que se agruparam na Inglaterra entre fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, que é o segundo momento a que se refere o senhor Freitas, e onde se consubstanciam as bases do Estado propriamente capitalista.

Antes de começarmos a tratar dessa fase do Estado, uma última observação ainda sobre o Estado Mercantil.

Na segunda metade do século XVI, o filósofo e astrônomo Tycho Brahe contou com o apoio do Estado Mercantil que se desenvolvera na Dinamarca, para a construção de um laboratório de pesquisa em Astronomia. Ali, contando com instrumentos dos mais avançados para sua época, ele dedicou-se a delimitar as distorções que poderiam haver nas medidas, buscando demarcar a presença delas onde, neste caso, precisão dos instrumentos era o conhecimento do erro. A contribuição de Tycho já continha, em germen, uma das rupturas que seria um dos pilares da ciência moderna e contemporânea. Para ele, importante era que, “*um pequeno erro coerente e inerente não tinha importância, desde que fosse conhecido e se fizesse a sua compensação*”.¹³ Esse mesmo pressuposto é um dos paradigmas contemporâneos da ciência quando, nos termos de Granger, “*o progresso da ciência consiste em transformar um erro de um estado vulgar - saber*

11 Idem, p. 192-193.

12 Idem, p. 198. Itálicos nossos.

13 RONAN, Colin A. *História Ilustrada da Ciência*. Volume 3. “Da Renascença à Revolução Científica.” Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 1987. Pág. 74. Grifos nossos

não formulado, ambíguo - num erro com estado científico, ou seja, de saber refutável".¹⁴ No capítulo 6 - Estruturação e axiomatização - Granger aprofunda e estende a aplicação desse paradigma às questões de construção de hipóteses, e escolha de variáveis, independentes e dependentes, com diversos contrapontos deste processo nas axiomatizações da vida cotidiana e na constituição de um objeto científico.)

No entanto, o produto do trabalho de Tycho só posteriormente é que teria largo aproveitamento e aplicação. A reprodutibilidade de seu esforço, considerando o potencial de aproveitamento em diferentes áreas de conhecimento, só se expandiria dois séculos depois. Pois, no século XVI, para dominância do caráter mercantil do Estado bastavam os instrumentos de medida que contassem os tonéis de mercadorias, não tendo tanta importância a precisão do valor de seus conteúdos. O que só viria a ter prioridade, e expansão, quando a expansão do capital alcançasse processos ou cadeias produtivas.

E é deste segundo momento, da formação e reprodução de um Estado sob relações de trabalho e de produção capitalista, que passamos a tratar agora.

Nesta fase do capitalismo se definiriam as linhas gerais das identidades históricas dos dois principais atores, capitalistas e trabalhadores, como expressões da relação econômica dos valores contidos no capital e no trabalho. Diante da reprodução social, econômica e política desses valores, seus ethos se delineiam naqueles que seriam seus principais aspectos, individuais e coletivos. Estes, se considerarmos os padrões contemporâneos alcançados pela acumulação capitalista, poderiam ser vistos como incompletos ou inacabados. E, até mesmo, ingênuos, tal o patamar alcançado pela ciência e tecnologia aplicada na produção, e o campo financeiro que lhe é hodiernamente paralelo. De qualquer forma, em cada um desses estágios do Estado existente num e noutro momento - mercantilista e capitalista - há, claramente, dois tipos de tratamento da ciência e da tecnologia. Como, de resto, reconhece o senhor Freitas no artigo citado. Embora não considere devidamente essa importância, nem o peso dessa diferença para um melhor entendimento do objeto – empreendedor – que se propõe explorar. Então, vejamos.

Na dinâmica que caracteriza o processo de acumulação do capital, os herdeiros daqueles atores “puros empreendedores” - visualizados por Freitas no Mercantilismo - como continuadores que se propuseram ser, não terão, como tiveram seus “genitores” da fase Mercantil, tanto espaço para permanecerem com seus “ethos” empreendedores tão originais, ou intocados, como aqueles que foram exercidos por seus predecessores. Não eram mais aqueles neófitos que podiam celebrar a própria “aura”, mantendo-a distante e imaculada, com aquela marca com a qual Freitas os identificou: lutadores heróicos do século XIX, provenientes da “galeria de personagens alemães e escoceses”, soerguendo barreiras, por meio de instrumentos científicos e tecnológicos, trazidos por eles enquanto vanguarda, e

14 GRANGER, Gilles-Gaston. *Pensée formelle et sciences de l'homme*. Paris: Aubier. Editions Montaigne, 1960, p. 9. Grifos nossos

colocando-se contra o conservadorismo que predominava no ambiente científico na Inglaterra.¹⁵ Com o fim, ou atenuamento, daquele conservadorismo, atropelado pela dinâmica da acumulação, o palco daqueles personagens também foi desfeito. Vejamos essa argumentação mais de perto.

Aquela dinâmica teve um vórtice inexorável. Seu eixo foi o processo central de expansão absoluta e relativa, quantitativo e qualitativo, do valor voltado, hegemonicamente, para sua concentração em poucas mãos de segmentos de classes sociais, no qual se mantém a reprodução social e política do sistema capitalista em sua fase madura. Tal padrão, adotado pela acumulação, era contrário a um ethos cujos atores norteavam seus valores e atitudes por padrões de locais, físicos e sociais, fixos, definidos e permanentes. Naquele turbilhão, as posições sociais e políticas dos herdeiros, são permeadas por alterações com ritmos, profundidades e intensidades, mais constantes e frenéticas do que aquelas vividas pelos seus predecessores. E, embora houvessem diferenças, mais ou menos profundas, entre os países europeus, onde eram encontradas tais mudanças e alterações de suas posições, mudavam os conteúdos e componentes materiais e imateriais que, originalmente, fundamentavam aqueles ethos. E, considerando as diversidades, históricas e geográficas, dentro de Estados delimitados, tais transformações tiravam o “chão” de paradigmas materiais e imateriais, individuais e coletivos. Como hoje, onde o alcance delas é inexorável, determinante e paradoxalmente de um localismo global.

Por isso no interior dessa dinâmica, os padrões de tais “ethos” - leigos ou científicos - perdem seus conteúdos, materiais e imateriais, desgastando seus instrumentos de representação, individual e coletiva - não sem custos sociais e psicológicos, e cobranças econômicas e políticas, pessoais e grupais - com velocidades que variam, de acordo com a posição dos atores em relação a maior ou menor proximidade com aquele centro de irradiação da produção do valor que, formal ou informalmente os atinge, e sempre expressam sua presença, latente ou manifestamente.

Imbricado a esse processo estão os conjuntos de conhecimentos de tais atores. E, obviamente, a composição das alterações dos paradigmas da ciência e tecnologia presentes em seus padrões de atuações identitárias. De qualquer forma, tais mudanças e transferências dos atores, nas suas relações, internas e externas, com os campos de conhecimento, ou oscilações em torno desse eixo – sobre as quais eles têm pouca, ou nenhuma interferência e onde, para agir nele, os atores avaliam os espaços e condições políticas no interior da reprodução - ocorrem com uma intensidade jamais vista, garantindo a força e validade ao adágio; “tudo que é sólido se desmancha no ar”.

Entretanto, tal dinâmica não parece estar presente na análise feita pelo senhor Freitas. O seu empreendedor é apresentado como uma “força social”: *“Se alguma força social existia na Inglaterra do século XIX capaz de neutralizar o conservadorismo dos que se opunham à difusão universal do conhecimento*

15 FREITAS, op. cit., p. 13-14

científico, essa força era constituída fundamentalmente por essa galeria (incompleta) de personagens escoceses.”¹⁶

Trata-se, entretanto, pelo que podemos ver até aqui, de uma “força social” sem sociedade, isolada e estática diante dela. Ainda que tal empreendedor tenha agido “apesar de setores conservadores da sociedade inglesa terem resistido a essa universalização”, esse “imigrante” permanece mítico, trazendo consigo uma “bagagem” que vai mover o mundo! Sem qualquer consideração entre “bagagem” e mundo! Como, por exemplo, em outras histórias de imigrantes, ocorridas nas diversas épocas e formas adotadas pela acumulação do capital, nem sempre eles foram – ou puderam ser! - tão inovadores e empreendedores. A não ser quando já traziam na “bagagem” – como parece ter sido o caso dos atores citados pelo senhor Freitas – algum capital decodificável, e interessante, a uma dada etapa da acumulação.

Por outro lado, o impacto da institucionalização da ciência e da tecnologia pelo Estado moderno contemporâneo produz, paradoxalmente, na sociedade, também processos conservadores. Pelo efeito de desestabilização de valores e padrões associados a identidades sócio-políticas e econômicas. Em alguns casos, esta desestabilização é reforçada pelo caráter distante e elitista que alguns atores do campo científico adotam tentando, dessa forma, manter no imaginário coletivo o valor reforçador e reconhecedor do seu ethos no processo de reprodução da sociedade. Sobre esse comportamento dos cientistas, Bourdieu adverte: “*Os agentes sociais não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo... têm disposições... habitus... maneiras de ser permanentes... que podem... levá-los a resistir... às forças do campo... que é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade.*” Mais à frente, ele acrescenta que, como instrumento de ruptura com as formas imediatas de expressão daqueles distanciamentos, “*a construção do campo permite estabelecer a verdade das diferentes posições... permite romper com as semi-objetivações eruditas que, só pela sua pretensão, diferem daquelas que os agentes sociais produzem, na vida cotidiana... a análise sociológica traz... uma colocação em perspectiva sistemática de visões perspectivas que os agentes produzem para as necessidades de suas lutas práticas no interior do campo.*” E, para finalizar esse entendimento ele acrescenta, com ironia “*toda burocracia da pesquisa teria que ... solicitar a uma comissão um trabalho para esclarecer e reduzir a imprecisão... ‘gabinetes assessores’... com altos custos... a ‘cientometria’ ou a ‘bibliometria’... critérios... fundar ‘cientificamente’ decisões burocraticamente impecáveis.*”¹⁷

Por estas indicações, certamente as relações dos neófitos cientistas escoceses e alemães, citados pelo senhor Freitas, recém chegados ao Estado e à sociedade inglesa no período abordado, devem ter tido componentes bem mais complexos, na formação interna do campo da ciência e de sua relação externa com a sociedade.

16 FREITAS, op. cit, p. 17 e 18. Grifos nossos

17 BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo. UNESP. 2004. Págs. 28/29, 45/46, 47, 61/62. Itálicos nossos

Não é preciso cair na polarização, por vezes drástica e desencantada, das diversas vertentes frankfurtianas, para reconhecer a presença do uso manipulador de paradigmas de uma “cientometria”, reforçador e alimentador do “inchaço egóico” de alguns cientistas! Quando atores do campo agem dessa forma, provocam reações de desconfiança e afastamento, podendo levar a reações conservadoras, que aumentam quanto mais estes canais de contato se fecham ao cidadão comum, leigo. A existência de conteúdos nesses canais que facilitem tal acesso, não implica em perda do rigor científico com concessões ao senso comum leigo. O que difere de envolvê-los com prescrições que, aprioristicamente, conduzem a uma inacessibilidade leiga a tal rigor. Quando isso ocorre, a única via de acesso ao bom senso que resta aos leigos é aquela dos padrões, atitudes e valores, construídos e reproduzidos no campo dos “cientistas”. E estes, ao pensarem e agirem dessa forma, não fazem mais do que alimentarem a reprodução de “ciência” - cientometria - latente no senso comum leigo.

É preciso, portanto, demarcar a “receptividade” do mundo! E o mundo do século XIX não era feito, e transformado, somente pelos cientistas que resistiam guiados pela sua “voluntas”. Neste sentido, caberia a seguinte pergunta: que acordos e interesses, de setores ou segmentos de capitalistas que, contemporânea e paralelamente ao interior das reestruturações dos paradigmas dos campos científicos - cujos conhecimentos guardavam ganchos internos com distintos setores e cadeias produtivas - e onde canais absorvessem e introduzem transformações científicas, teriam permitido que tais “forças sociais” emergissem e se tornassem hegemônicas?!

A resposta, ou um ponto de partida para ela, pode ser encontrada no próprio texto de Freitas. Segundo ele, apesar do diagnóstico sombrio do Químico Liebig, de que a

Inglaterra não fosse, então, ‘uma terra de ciência’, é possível afirmar que ela estava a caminho de se tornar pela simples razão de ser, então, *o país mais receptivo a cérebros da Europa...* E Liebig desfrutou da *hospitalidade de vários industriais químicos manufatureiros*. No Encontro Científico de Liverpool, por exemplo, ele *foi convidado a discorrer sobre o estado da química orgânica*, provavelmente porque *era isto que importava aos grandes empreendedores agrícolas*, interessados em utilizar *fertilizantes*, e aos *industriais têxteis*, interessados em *tingir tecidos*.¹⁸

Mais à frente, é lembrada a “*excepcional abertura da Inglaterra do século XIX a homens de ciência*”. E ainda Freitas complementa: “*Liebig... via em seu vínculo com esse país uma rara oportunidade para fazer campanha pela institucionalização da química como ciência*”.¹⁹

De fato, essas forças econômicas, políticas e sociais da acumulação do capital, definiam o perfil sobre o qual estariam fincados o uso e a prática da “força social” dessa ciência dos “cientistas empreendedores”. Tomando por pano-de-fundo

18 FREITAS, op. cit, p. 10.

19 Idem, ibidem.

a noção de *campo* não se trata, portanto, de desmerecer os valores pessoais daqueles cientistas escoceses e alemães. Mas, de contextualizá-los no interior das transformações que tinham por núcleo a acumulação do capital. E não o inverso. Isso pode conferir outro entendimento à composição da dinâmica do perfil de atuação individual de cada um deles.

Algo neste sentido pode ser demarcado quando, ainda segundo o texto de Freitas, o que mais teria impressionado Liebig durante sua passagem pela Inglaterra em 1844, “*foi a percepção de que apenas os trabalhos que mostram uma utilidade prática despertam a atenção e merecem respeito; os puramente científicos, que têm muito mais mérito, [Para quem!?] são quase desconhecidos*”.²⁰ Pelo mesmo motivo, seu relato sobre os resultados de uma pesquisa da decomposição do ácido úrico, foi uma imposição dele, Liebig, ao público. Esta não teria despertado interesse entre os empreendedores agrícolas e industriais têsxteis presentes.

Nessa fase de transição, onde a base hegemônica da burguesia industrial ainda não estava solidamente instalada frente às trincheiras feudais, não havia tempo a perder com valores que não se revertissem em acumulação imediata. A luta entre Tories e Whigs, como relata o texto de Freitas, estava em pleno andamento.

Havia, portanto, outras “forças sociais”. Não imediatamente visíveis. Mas, certamente presentes nas atuações dos atores escoceses e alemães indicadas por Freitas, que não estavam disponíveis para esse exercício de afirmação de sua “força social” na Escócia e na Alemanha. Neste sentido, estes “cientistas empreendedores” estavam bem próximos da mesma “galeria” de outros personagens da História das Ciências Modernas e Contemporâneas. Tais como eles, seus precursores nas agruras de pioneiros, foram Leonardo da Vinci e Galileu, diante das limitações da dominância do capital em Florença e outras cidades italianas, quando não viram, sequer, que suas ideias tão “geniais” só começariam a virar realidade 250 anos depois! Lembrando que, a partir de uma dada escala da acumulação, o capital contrata cérebros. Já que somente o seu não dá conta do processo. Se a Revolução Industrial inglesa não seria possível “sem uma base de conhecimento robusta”,²¹ como propõe Freitas, por que, então, essa base não se efetivou, ou não vingou, nos países de origem dos cientistas “empreendedores” que migraram para a Inglaterra?

O artigo do senhor Freitas, sem pretender isso, reforça o caráter de luta de classes entre dois campos de acumulação do capital. No decorrer dessa luta, uma alternativa para os capitais industriais era cooptar a ciência e a tecnologia, para reforçar, amparar e, principalmente, ampliar o processo de acumulação e apropriação do valor. Muitos desses cientistas viviam à margem de tal processo, somente adornando a elite agrária dominante! Ou circulando em torno de seus mecenas, que usavam sua produção de utilidades restritas para suas fantasias e projeções de distinções. Como, de resto, ocorria de certa forma com a ciência na França dos Luizes. O redirecionamento da produção da ciência, que ocorreu no

20 Idem, p. 11. Parênteses grifado nosso

21 Idem, p. 13

interior da Revolução Industrial, é parte e expressão da luta de classes, que Marx descreve como a ruptura, também, no interior da classe dominante. O produto dessa luta vai distinguir, a partir daí, toda a identidade da classe capitalista inglesa.

Se aplicarmos à Nova Friburgo essa mesma concepção de “galeria de personagens” ficaremos, em relação à cadeia produtiva das confecções de Nova Friburgo, limitados ao “empreendedorismo” dos imigrantes pioneiros alemães iniciadores das indústrias de tecelagens locais! Sob essa ótica distorcedora, a presença dos trabalhadores de tais indústrias fica irreconhecível. Muito próximo, neste sentido, do discurso ufanista do industrialismo, onde o “empreendedorismo” dos grandes, ou médios, apresenta os capitalistas locais acordando às 6 horas da manhã para estarem às 7 na fábrica... “esquecendo” de mencionar que não chegam ali sozinhos! Nesta vertente, menos ainda poderão surgir os trabalhadores metalúrgicos que, ao lado das costureiras, fizeram pequenas alterações nos maquinários cujas melhorias permitiram aproveitar o uso das máquinas para novos tipos de costura, aumentando a produtividade do trabalho.

A apologia contemporânea ao empreendedorismo desloca seu eixo para os mais diversos pontos do conhecimento. O ufanismo recua na História, e alcança a própria fase de transição do feudalismo ao capitalismo, onde certos atores são dotados de uma força e expressão muito além daquela que, historicamente, desempenharam. O que o senhor Freitas descreve não é um caso isolado. A luta entre capitalistas, no século XVIII, por cérebros foi substituída pela luta entre Estados europeus, alcançando inclusive os EUA, em se apropriar de conhecimentos. Essa luta faz do empreendedorismo uma versão reduzida - filhote - das grandes escalas de acumulação, reproduzindo em menores escalas esse processo.

Há a perda da perspectiva pragmática - o conhecimento e seu público - do entendimento, nos marcos de tal acumulação, do que é empreendedorismo como parte, também, de um processo histórico. Nestes marcos, ele contém escalas, ranqueamentos, que orientam a construção de formas mais eficazes de aplicações de capitais. E, de certa forma, voluntarismo e empiricismo não fazem - ou não deveriam fazer! - parte desse receituário “racional” que, historicamente, não estavam intencionalmente presentes nos empreendedores do século XIX. Não eram, portanto, um programa previsto como parte, ou etapa, formalmente atuante nas ações e intervenções dos empreendedores daquele século. O empreendedorismo é, ou se propõe ser no século XXI, uma atualização (aggiornata) sistematizada daquela luta entre capitalistas e Estados, com componentes materiais e imateriais adequados às escalas de acumulação contemporâneas. Como podemos encontrar nas distintas relações entre ciência, tecnologia e produção que existem em campos específicos de cadeias de produção.

Neste ponto, cabem alguns questionamentos.

Será válido escrever sobre empreendedorismo no século XIX!? Como?! Com que recursos de conhecimentos havia empreendedor?! Com a visão e os recursos do século XXI?! Se isso não é possível, o único objetivo que nos é possível visualizar é aquele de construir mais uma justificativa - que se pretende não

ideológica - voltada para reforçar uma concepção deslocada, histórica e geograficamente, de empreendedorismo. Portanto, se não estavam lá, e são tratados e vistos como se estivessem, o senhor Freitas comete um duplo engano: ao aplicar, ao empreendedor do século XIX, um modelo que tem por pano-de-fundo uma atuação onde, atores se movem na situação concreta mais complexa e polimorfa do século XXI.

Para melhor precisão histórica do termo empreendedorismo - além daquele que, neste momento, privilegia sua existência na reprodução neoliberal sem quaisquer correlações históricas e geográficas entre nações - vamos tomar a elaboração da *PPA - paridade poder aquisitivo* - utilizada por Ha-Joon Chang, para comparar estratégias de desenvolvimento em perspectiva histórica. Ela pode nos fornecer um elemento sólido, para delimitar o pano-de-fundo amparando a demarcação dos movimentos, comportamentos, valores e atuações de um “empreendedor”, tomando por base concreta as relações entre países mais pobres e mais ricos, nos séculos XIX e XX.

Assim, escreve Chang:

De acordo com a estimativa da Maddison, no século XIX, a proporção de renda per capita, em termos de PPA - paridade poder aquisitivo - entre os PADs (países atualmente desenvolvidos) mais pobres (digamos, o Japão e a Finlândia) e os mais ricos (por ex. a Holanda e o Reino Unido) era aproximadamente de 2 ou 4 para 1. Em parte alguma era tão grande quanto a atual defasagem entre países em desenvolvimento e os desenvolvidos... Dados recentes da website do Banco Mundial mostram que, em 1999 a diferença da renda per capita, em termos de PPA, entre os países mais desenvolvidos (por exemplo, Suíça, Japão, EUA) e os menos desenvolvidos (por exemplo, Etiópia, Maláui, Tanzânia) está próxima de 50, 60 para 1. Países em desenvolvimento de nível médio (Nicarágua, Índia, Zimbábue)... está na casa dos 10 ou 15 para 1... Países em desenvolvimento bastante avançados (Brasil, Colômbia) defasagem é de 5 para 1.²²

O produto dessas defasagens, no interior dos países, como mostra o trabalho de Alice H. Amsden, é o aumento do risco estatal no capitalismo, as alterações na base competitiva das empresas nos países de industrialização tardia, os desníveis de negócios em P. & D., e os conflitos raciais e étnicos associados aos distintos graus de incentivos ao custo da mão-de-obra.²³ Em suma, fatores que um empreendedorismo – não ilusionista! - não deve desconhecer ou desconsiderar.

Como vemos, essa mistura de personalidade, ethos e voluntas que povoa o empreendedorismo, visando instrumentalizá-lo de um individualismo exacerbado,

22 CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo. UNESP, 2004, p. 119-120.

23 Cf. AMSDEN, Alice H. *A ascensão do “resto”*: Os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo. Editora UNESP. 2009. Ver principalmente Cap. 8 – Empresas líderes nacionais.

acaba enfraquecida ao desconsiderar as condições concretas econômicas, políticas e sociais que envolvem os personagens. Como lembra Ha-Joon Chang:

Claro que não há uma correlação direta entre a situação ‘material’ e a posição intelectual... Mesmo sendo um senhor de escravos sulista, Jefferson era favorável à proteção da indústria nascente. Em contraste, embora natural da parte nortista e manufatureira, Benjamim Franklin não era partidário da proteção à indústria nascente. Mesmo assim, apoiou a proteção à atividade manufatureira norte-americana porque, esta nunca teria condições de concorrer com a europeia, que podia pagar salários de subsistência, coisa impossível nos EUA, por causa da abundância de terras e da escassez de mão-de-obra.²⁴

Artigo recebido em 15.8.2015

Aprovado em 3.9.2015

24 CHANG, op. cit., p. 49-50 (Nota 33).